Continuação

Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa 1ª outorga	4º Programa 2ª outorga	4º Programa 3ª outorga
Prazo de vida esperado das ações (anos)						
1º Vencimento	1	2	1	1	1	1
2º Vencimento	2	4	2	2	2	2
3º Vencimento	3	-	3	3	3	3
4º Vencimento	4	-	4	4	4	-
5º Vencimento	5	-	-	-	-	-
Preço de exercício das opções (R$)	R$ 1,75	R$ 7,52	R$ 8,87	R$ 9,08	R$ 9,08	R$ 9,08
Média ponderada do preço das ações (R$)	R$ 6,13	R$ 11,11	R$ 11,00	R$ 12,14	R$ 10,76	R$ 15,40

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga

	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de - 01/03/2025	1%	20
A partir de - 01/03/2026	89%	2.440
A partir de - 01/03/2027	8%	210
A partir de - 01/03/2028	3%	80

Entre março de 2022 e dezembro de 2025, a Companhia realizou o exercício de opções de compra de ações ordinárias sem valor nominal por administradores e empregados participantes dos Programas do Plano de Opção de Compra de Ações. Até 31 de dezembro de 2025 foram exercidas ações referentes ao vencimento 2025. As movimentações das ações outorgadas nos programas, estão apresentadas como segue:

		Quantidade de Ações				
Plano	**Ano da Outorga**	**Saldo em 31/12/2024**	**Outor-gadas**	**Exerci-das**	**Cance-ladas**	**Saldo em 31/12/2025**
Primeiro Plano	2021	2.400	-	(1.200)	-	**1.200**
Segundo Plano	2022	630	-	-	-	**630**
Terceiro Plano	2022	80	-	(40)	-	**40**
Quarto Plano	2023	1.120	100	(280)	(60)	**880**
		4.230	**100**	**(1.520)**	**(60)**	**2.750**

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício 31/12/2025	Número de opções 31/12/2025	Média ponderada do preço de exercício 31/12/2024	Número de opções 31/12/2024
Em circulação em 1° de janeiro	R$ 4,68	4.230	R$ 3,20	5.570
Outorgadas durante o exercício	R$ 9,08	100	R$ 9,08	550
Exercidas durante o exercício	R$ 3,67	(1.520)	R$ 4,32	(1.890)
Canceladas durante o exercício	R$ 9,08	(60)	-	-
Em circulação	R$ 5,52	2.750	R$ 4,68	4.230
Exercíveis	R$ 9,08	20	-	-

As opções em circulação em 31 de dezembro de 2025 e 2024 possuem um preço de exercício na faixa entre R$ 1,75 a R$ 9,08.

Incertezas sobre premissas e estimativas: O valor justo das opções outorgadas no âmbito dos planos de pagamento baseado em ações é mensurado na data da outorga, com base em premissas e estimativas que exigem julgamento da Administração. Dentre os principais inputs utilizados no modelo de avaliação estão a vida esperada das opções, a volatilidade esperada das ações, a taxa livre de risco e o rendimento esperado de dividendos, conforme requerido pelo CPC 10 / IFRS 2. O reconhecimento do custo associado aos planos de opções é efetuado com base no valor justo das opções outorgadas, mensurado por meio do modelo binomial.

21. Gestão de risco: A Companhia está exposta a riscos financeiros relacionados principalmente à volatilidade dos preços de commodities, variações cambiais, oscilações nas taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são administrados com base em políticas internas aprovadas pela Administração, voltadas à identificação, mensuração, monitoramento e mitigação dessas exposições. Para proteção de suas margens e redução da volatilidade dos resultados, a Companhia utiliza, de forma seletiva e exclusivamente para hedge, instrumentos financeiros derivativos, como contratos futuros, termo, NDF, opções e swaps, além de estratégias operacionais para gestão de estoques, grãos a fixar e exposição líquida em moeda estrangeira e juros. O risco de crédito é gerido por meio de análise da capacidade de pagamento de clientes e contrapartes, definição de limites e aplicação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, enquanto o risco de liquidez é acompanhado por projeções de fluxo de caixa, manutenção de linhas de crédito e gestão do perfil de vencimento das obrigações.

22. Receita: A Companhia gera receita principalmente por meio da comercialização de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e proteção de cultivos), da venda de commodities (soja, milho, trigo, canola e outros grãos) e da industrialização da soja, que resulta na produção e venda de óleo degomado, farelo de soja, e biodiesel e cooprodutos. No consolidado, também são reconhecidas receitas oriundas de intermediação financeira, realizadas pela instituição financeira do Grupo. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita bruta	**16.121.837**	12.552.854	**16.568.837**	12.980.911
Venda mercado interno	**9.281.942**	7.815.615	**9.281.942**	7.806.228
Venda mercado externo	**6.818.810**	4.718.838	**7.200.617**	5.114.537
Serviços	**21.085**	18.401	**13.948**	25.158
Receitas da intermediação financeira	-	-	**72.330**	34.988
Deduções	**(236.265)**	(172.408)	**(145.143)**	(155.140)
Devoluções mercado interno	**(102.626)**	(93.993)	**(102.626)**	(93.993)
Devoluções mercado externo	**(91.810)**	(17.650)	-	-
Impostos sobre vendas	**(574.761)**	(520.295)	**(575.449)**	(520.677)
Crédito presumido de impostos	**532.932**	459.530	**532.932**	459.530
Receita operacional líquida	**15.885.572**	12.380.446	**16.423.694**	12.825.771

Política contábil: O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo único para o reconhecimento de receitas provenientes de contratos com clientes, baseado na transferência do controle de bens ou serviços. A aplicação desse modelo compreende as seguintes etapas:
(i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a obrigação de desempenho é satisfeita. Com base nesses critérios, as receitas são reconhecidas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber como contraprestação pelos bens ou serviços transferidos aos clientes. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação, líquida de descontos comerciais, abatimentos, devoluções e tributos ou encargos incidentes sobre as vendas. A Companhia avalia, para cada contrato, se atua como principal ou agente, com base no controle dos bens ou serviços antes de sua transferência ao cliente, tendo concluído que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A receita não é reconhecida quando houver incerteza significativa quanto à sua realização.

23. Custos e despesas por função e natureza: Abaixo apresentamos a abertura por função e natureza dos custos e as despesas de vendas e administrativas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Por função	**(15.310.734)**	(11.227.737)	**(15.893.236)**	(11.607.787)
Custo das mercadorias e produtos vendidos	**(13.405.717)**	(9.981.240)	**(13.939.323)**	(10.294.268)
Despesas de vendas	**(1.762.751)**	(1.140.533)	**(1.785.330)**	(1.183.262)
Despesas administrativas	**(117.353)**	(84.545)	**(137.153)**	(106.824)
Perda por redução ao valor recuperável contas a receber	**(24.913)**	(21.419)	**(31.430)**	(23.433)
Por natureza	**(15.310.734)**	(11.227.737)	**(15.893.236)**	(11.607.787)
Custos das mercadorias vendidas	**(7.291.797)**	(5.019.042)	**(7.788.887)**	(5.319.433)
Custos dos produtos vendidos	**(5.795.656)**	(5.120.190)	**(5.795.656)**	(5.121.225)
Ajuste ao valor justo	**(60.460)**	367.063	**(60.460)**	367.063
Pessoal	**(379.693)**	(328.554)	**(390.890)**	(334.497)
Fretes/armazenagem/despachos	**(1.396.935)**	(790.124)	**(1.396.970)**	(790.145)
Serviços de terceiros	**(62.947)**	(55.886)	**(73.880)**	(69.765)
Despesas de depreciação e amortização	**(111.219)**	(90.154)	**(112.088)**	(90.788)
Amortização de direito de uso	**(6.096)**	(3.427)	**(7.300)**	(4.575)
Combustíveis e lubrificantes	**(30.097)**	(29.616)	**(31.257)**	(30.847)
Água/luz/telefone/gás	**(31.312)**	(29.384)	**(31.393)**	(29.395)
Despesas com *royalties*	**(43.252)**	(27.113)	**(43.252)**	(27.113)
Manutenção e reparos de veículos	**(19.998)**	(18.693)	**(20.018)**	(18.740)
Manutenção de móveis/máquinas/equip. e instalações	**(18.975)**	(15.390)	**(19.004)**	(15.440)
Perda por redução ao valor recuperável contas a receber	**(24.913)**	(21.419)	**(31.430)**	(23.433)
Despesas da intermediação financeira	-	-	**(36.516)**	(11.601)
Outras receitas/despesas	**(37.384)**	(45.808)	**(54.235)**	(87.853)

Abaixo apresentamos a abertura por natureza dos valores de outras receitas e despesas operacionais apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Por função	**9.354**	27.612	**8.794**	27.385
Ativo Ambiental (CBIO)	-	22.447	-	22.447
Bonificações recebidas	**2.661**	6.800	**2.661**	6.800
Indenizações de seguros e valores recuperados	**12.756**	6.880	**12.756**	6.880
Venda de bens do Ativo Imobilizado/Sucatas	**1.897**	1.851	**1.897**	1.851
Venda de resíduos e sobras de materiais	**933**	719	**933**	719
Perdas com recebíveis	**(8.055)**	(252)	**(8.055)**	(252)
Despesas plano Stock Options	**(1.275)**	(12.141)	**(1.275)**	(12.141)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	**437**	1.308	**(123)**	1.081

24. Informações por segmento: A Três Tentos Agroindustrial S.A. identifica e divulga seus segmentos operacionais de acordo com o CPC 22 / IFRS 8 - Informações por Segmento, com base na estrutura organizacional e na forma como o desempenho operacional é avaliado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, que atuam como principal gestor das operações. Os segmentos operacionais da Companhia são definidos como Insumos, Grãos e Indústria, refletindo a natureza dos produtos e serviços oferecidos, os riscos e retornos associados e o modelo integrado de atuação ao longo da cadeia do agronegócio. A Administração avalia o desempenho dos segmentos até o lucro bruto, indicador utilizado para fins de gestão, tomada de decisões operacionais e análise comparativa com outras entidades que atuam em indústrias similares. Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma centralizada pela Administração, não sendo monitorados ou avaliados separadamente por segmento operacional para fins de tomada de decisão. Dessa forma, não são apresentadas informações segmentadas. Adicionalmente, substancialmente a totalidade dos ativos operacionais da Companhia encontra-se localizada no Brasil. Os segmentos operacionais apresentados a seguir estão organizados de forma consistente com os relatórios internos utilizados pela Administração: (i) Segmento Insumos: compreende as atividades de varejo e distribuição de insumos agrícolas, incluindo produtos para proteção e nutrição de cultivos, e sementes, principalmente para as culturas de soja, milho e trigo. A receita do segmento é reconhecida quando ocorre a transferência do controle dos produtos ao cliente, de acordo com os termos contratuais aplicáveis. O resultado do segmento ainda é impactado pela mensuração a valor justo das sementes, decorrente das características do processo de produção e beneficiamento, bem como das condições de mercado aplicáveis a esses produtos. (ii) Segmento Grãos: compreende as atividades de originação, recebimento, padronização, armazenagem, comercialização e trading de commodities agrícolas, nos mercados interno e externo, incluindo principalmente soja, milho, trigo e canola. A Companhia adquire grãos de produtores rurais, incluindo operações estruturadas por meio de CPRs e instrumentos correlatos, além do Grupo desenvolver atividades acessórias que viabilizam e fomentam a produção e a originação, tais como concessão de crédito rural, comercialização de seguros agrícolas e outros serviços vinculados à cadeia produtiva. O resultado do segmento é determinado principalmente pelo desempenho das operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo os efeitos da variação de instrumentos financeiros associados à comercialização desses produtos. (iii) Segmento Indústria: O segmento Indústria abrange as atividades de industrialização de grãos, com destaque para o processamento da soja e a produção de seus derivados, tais como farelo de soja, óleo degomado, biodiesel e demais coprodutos. O resultado do segmento também inclui os efeitos da variação de instrumentos financeiros associados à comercialização desses produtos.

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Resultado Operacional				
Insumos	**3.409.640**	2.819.583	**3.409.640**	2.819.583
Grãos	**4.745.527**	2.998.755	**5.235.083**	3.257.422
Indústria	**7.730.405**	6.562.108	**7.778.971**	6.748.766
Receita operacional líquida	**15.885.572**	12.380.446	**16.423.694**	12.825.771
Insumos	**(2.722.582)**	(2.311.263)	**(2.722.582)**	(2.311.263)
Grãos	**(4.162.180)**	(2.661.602)	**(4.686.772)**	(2.913.981)
Indústria	**(6.460.495)**	(5.375.438)	**(6.469.509)**	(5.436.087)
Custo das mercadorias e prod. vendidos	**(13.345.257)**	(10.348.303)	**(13.878.863)**	(10.661.331)
Insumos	**687.058**	508.320	**687.058**	508.320
Grãos	**583.347**	337.153	**548.311**	343.441
Indústria	**1.269.910**	1.186.670	**1.309.462**	1.312.679
Lucro bruto antes do ajuste a valor justo	**2.540.315**	2.032.143	**2.544.831**	2.164.440
Insumos	**(80.859)**	13.432	**(80.859)**	13.432
Grãos	**(13.039)**	340.147	**(13.039)**	340.147
Indústria	**33.438**	13.484	**33.438**	13.484
Ajuste a valor justo	**(60.460)**	367.063	**(60.460)**	367.063
Insumos	**606.199**	521.752	**606.199**	521.752
Grãos	**570.308**	677.300	**535.272**	683.588
Indústria	**1.303.348**	1.200.154	**1.342.900**	1.326.163
Lucro bruto	**2.479.855**	2.399.206	**2.484.371**	2.531.503

Política contábil: Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio com o objetivo de obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente avaliados pela Administração para fins de tomada de decisão e alocação de recursos. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia analisa as informações financeiras, sendo apresentados de maneira consistente com os relatórios internos utilizados pelo Conselho de Administração, instância responsável pelas principais decisões operacionais da Companhia.

25. Resultado financeiro:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Variação monetária	**65**	-	**65**	-
Variação cambial	-	28.823	-	28.831
Juros e descontos obtidos	**209.288**	167.190	**221.777**	173.421
Liquidação de *Swap - Hedge*	**3.135**	-	**3.135**	-
Liquidação de *NDF - Hedge*	**240.073**	-	**240.073**	-
Liquidação de Opções - *Hedge*	**5.291**	-	**5.291**	-
Liq. de Derivativos Commodities - *Hedge*	**60.456**	138.678	**60.456**	138.678
Valor Justo de *Swap*	-	32.287	-	32.287
Valor Justo Opções	**2.959**	-	**2.959**	-
Valor Justo de *NDF*	**289.885**	-	**289.885**	-
Valor Justo de Derivativos *Commodities*	**40.116**	-	**40.116**	-
Receitas financeiras	**851.268**	366.978	**863.757**	373.217
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	**(7.871)**	(10.390)	**(7.871)**	(10.390)
Receitas financeiras líquidas	**843.397**	356.588	**855.886**	362.827
Variação monetária	-	(1.542)	-	(1.542)
Variação cambial	**(21.560)**	-	**(20.325)**	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(198.808)**	(166.027)	**(198.808)**	(166.039)
Juros, tarifas e descontos	**(56.680)**	(47.974)	**(65.245)**	(61.412)
Despesas bancárias no exterior	**(7.836)**	(23.485)	**(7.836)**	(23.485)
Liquidação de *Swap - Hedge*	-	(2.365)	-	(2.365)
Liquidação de *NDF - Hedge*	-	(110.286)	-	(110.286)
Valor Justo de *Swap*	**(66.028)**	-	**(66.636)**	-
Valor Justo de *NDF*	-	(241.970)	-	(241.970)
Despesas financeiras líquidas	**(350.912)**	(593.649)	**(358.850)**	(607.099)
Resultado financeiro	**492.485**	(237.061)	**497.036**	(244.272)

Política contábil: O resultado financeiro pode ser subdividido em dois grandes grupos. Resultado financeiro estrutural: Compreende as receitas e despesas financeiras reconhecidas no resultado do período, incluindo, entre outras, receitas de juros auferidas sobre aplicações financeiras, variações monetárias e cambiais ativas e passivas, despesas com juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos e encargos financeiros diversos.As receitas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva, quando aplicável, enquanto as despesas financeiras são apropriadas ao resultado conforme incorridas.
Resultado de instrumentos financeiros de proteção econômica (derivativos): Compreende os ganhos e perdas decorrentes da mensuração e liquidação de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos futuros, opções e swaps, com o objetivo de gerenciar sua exposição a riscos de mercado, principalmente relacionados a variações de preços de commodities, taxas de juros e taxas de câmbio. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, subsequentemente, mensurados ao valor justo, com as variações no valor justo reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica de resultado financeiro. Os ganhos e perdas realizados na liquidação dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as variações não realizadas decorrentes da mensuração a valor justo na data-base das demonstrações financeiras, são reconhecidos no resultado financeiro do período em que ocorrem.

26. Imposto de renda e contribuição social:

26.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social: A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontra-se resumida a seguir:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Relativos à imposto de renda e contribuição social correntes	**(129.068)**	(134.164)	**(132.865)**	(138.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição/reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	**(96.797)**	(104.852)	**(94.460)**	(105.806)
Resultado de I.R. e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	**(225.865)**	(239.016)	**(227.325)**	(244.661)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro líquido contábil, antes dos impostos pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está descrita a seguir:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	**1.041.532**	997.639	**1.036.024**	1.001.026
Alíquota vigente	**(34%)**	(34%)	**(34%)**	(34%)
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(354.121)**	(339.197)	**(352.248)**	(340.349)
Reconciliação da alíquota efetiva:				
Subvenção para investimentos	**110.520**	94.566	**110.520**	94.566
Distribuição de dividendos pagos da conta de reserva para incentivos fiscais	-	(9.949)	-	(9.949)
Stock Options	**(1.784)**	(6.229)	**(1.784)**	(6.229)
Ativo Ambiental (CBIO)	**3.793**	-	**3.793**	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	**(11.949)**	18.493	-	-
Provisão Imposto sobre lucro auferido no exterior (TBU) e *Transfer Pricing*	**14.420**	(17.961)	-	-
Outros	**13.256**	21.261	**13.256**	21.261
Efeito de controladas tributadas pelo Lucro Presumido	-	-	**(862)**	(3.961)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(225.865)**	(239.016)	**(227.325)**	(244.661)
Alíquota efetiva	**(21,69%)**	(23,96%)	**(21,94%)**	(24,44%)

26.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Provisão para litígios	**1.780**	2.266	**1.780**	2.266
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	**19.980**	11.509	**23.559**	13.075
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	**(25.875)**	64.882	**(25.668)**	64.882
Ajuste valor justo de estoques	**(41.199)**	(61.755)	**(41.199)**	(61.755)
Diferença de taxas de depreciação	**(63.403)**	(44.251)	**(63.403)**	(44.251)
Ativo imobilizado - custo atribuído	**(38)**	(360)	**(38)**	(360)
Outras diferenças temporárias	**(757)**	419	**(1.385)**	(326)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**117.132**	181.924	**117.132**	181.924
Prejuízo Fiscal de controlada no exterior - 3T International S.A.	**14.420**	-	**14.420**	-
Provisão para participação nos resultados	**12.824**	11.934	**12.824**	11.934
Arrendamentos	**597**	470	**597**	470
Impostos diferidos, líquidos	**35.461**	**167.038**	**38.619**	**167.859**

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele é baixado. A estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.

Imposto diferido sobre diferenças temporárias: A realização do ativo diferido sobre diferenças temporárias ocorre conforme as diferenças temporárias são realizadas de acordo com a natureza de cada saldo. A maior diferença temporária registrada refere-se ao ajuste a valor justo de commodities e outros estoques, o qual se realiza no ativo à medida que o estoque é transformado e vendido, e no passivo conforme a fixação de preço ocorre.

Imposto diferido sobre prejuízo fiscal: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ativo fiscal diferido constituído sobre prejuízos fiscais de duas naturezas distintas, cuja realização está suportada por projeções de resultados /tributáveis futuros e expectativa de compensação conforme segue:

	Até um ano	Entre um e cinco anos	Total
Prej. Fiscal da controladora - Três Tentos Agroindustrial S.A.	103.227	13.905	117.132
Prej. Fiscal de controlada no exterior - 3T *International* S.A.	14.420	-	14.420
Total	**117.647**	**13.905**	**131.552**

Ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social da Controladora Três Tentos Agroindustrial S.A.: Esse saldo refere-se a prejuízo fiscal originado em exercícios anteriores que vem sendo utilizado na compensação da base positiva de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Revisamos a expectativa de realização do ativo diferido reconhecido, conforme crescimento esperado para a Companhia nos próximos anos. Esse saldo não possui prazo de prescrição conforme legislação vigente. O valor remanescente de R$ 117.132, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2025, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros, conforme as projeções da Companhia.

Ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal originado da Controlada no Exterior 3T International S.A.: Em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido na controladora imposto diferido sobre prejuízo fiscal originado na controlada no exterior 3T *International* S.A. Os prejuízos apurados por controladas no exterior não podem ser compensados com lucros tributáveis auferidos no Brasil no período de sua ocorrência, nos termos do art. 25, §5º, da Lei nº 9.249/1995, devendo ser controlados de forma individualizada por investida para compensação exclusiva com lucros futuros da mesma controlada, conforme art. 79, II, da Lei nº 12.973/2014 e art. 14, II, da IN RFB nº 1.520/2014. Assim, a Companhia mantém o respectivo controle do prejuízo, sem impacto imediato na apuração do lucro real no Brasil, e realizará sua compensação quando a mesma controlada vier a apurar lucros tributáveis. Esse saldo possui prazo de prescrição de dois anos conforme legislação vigente. O valor de R$ 14.420, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2025, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros da controlada, conforme as projeções financeiras.

Política contábil: Imposto de renda e contribuição social correntes: Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, com base nas alíquotas e na legislação fiscal em vigor ou substancialmente em vigor na data de encerramento do exercício. A Administração avalia periodicamente as posições fiscais adotadas pela Companhia, especialmente nas situações em que a legislação tributária requer interpretação, reconhecendo provisões para contingências fiscais quando apropriado. O imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240, enquanto a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9%, ambos reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, bem como as exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, para fins de apuração do lucro tributável corrente, dão origem a créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações de tributos e os valores passíveis de compensação são apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. Algumas controladas da Companhia estão enquadradas no regime de lucro presumido, sendo o imposto de renda e a contribuição social apurados mediante a aplicação dos percentuais definidos na legislação vigente sobre a receita bruta auferida, conforme a natureza de suas atividades, acrescida de outras receitas, rendimentos e ganhos de capital, quando aplicável.
Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como não circulantes e mensurados com base nas alíquotas esperadas para os períodos em que os ativos serão realizados ou os passivos liquidados, considerando a legislação fiscal vigente ou substancialmente vigente na data de encerramento do exercício. Os tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias existentes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para permitir sua realização. A expectativa de lucros tributáveis futuros é determinada com base, principalmente, na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes e nas projeções constantes dos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado a cada data de balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável sua realização. Ativos fiscais diferidos anteriormente não reconhecidos ou baixados são reavaliados e reconhecidos quando se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão sua recuperação.

Incertezas sobre premissas e estimativas: Existem incertezas relevantes relacionadas à interpretação de legislações tributárias complexas, incluindo aquelas associadas às subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, bem como quanto ao valor e ao momento de realização dos resultados tributáveis futuros. Considerando a complexidade da legislação tributária, a natureza de longo prazo de determinados instrumentos contratuais e a possibilidade de mudanças nas premissas adotadas, diferenças entre os resultados efetivamente realizados e as estimativas podem resultar na necessidade de ajustes futuros nos valores de imposto de renda e contribuição social já reconhecidos. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia considera os efeitos das incertezas relacionadas às posições fiscais adotadas, avaliando a necessidade de reconhecimento de provisões com base em diversos fatores, incluindo interpretações da legislação vigente e opiniões de assessores jurídicos especializados. A Administração entende que as provisões registradas refletem adequadamente os riscos fiscais existentes. A Companhia constitui provisões para contingências tributárias com base em estimativas consideradas apropriadas, levando em conta, entre outros fatores, a experiência em fiscalizações anteriores, bem como interpretações divergentes da legislação tributária por parte da Companhia e das autoridades fiscais competentes.
Conforme divulgado na nota explicativa 27, a Companhia revisou sua estratégia de utilização de subvenções governamentais em decorrência de alterações na legislação aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024, contando com o suporte de seus assessores jurídicos. Com base nas informações disponíveis e nas avaliações jurídicas realizadas, a Administração entende que as chances de êxito são prováveis em eventual questionamento por parte das autoridades fiscais quanto aos valores excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Dessa forma, em conformidade com o CPC 32 / IAS 12 e a ICPC 22 / IFRIC 23, não foi constituída provisão para perdas relacionada a esse assunto. A Companhia reconhece ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos requer julgamento significativo da Administração, especialmente quanto à probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções orçamentárias, estratégias de planejamento tributário e as incertezas inerentes ao ambiente econômico e regulatório. As premissas utilizadas na mensuração do lucro tributável futuro baseiam-se, principalmente, no orçamento aprovado pela Administração para o exercício subsequente, complementado por análises históricas de desempenho, que auxiliam na avaliação dos efeitos da sazonalidade sobre os resultados da Companhia.

27. Subvenções governamentais:

Incentivos	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Incentivos fiscais estaduais	**325.058**	278.135
Efeito da exclusão no IRPJ/CSLL - 34% (Nota 26)	**110.520**	94.566
Incentivos fiscais federais	**217.584**	188.360
Total	**542.642**	466.495

Política contábil: As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições a elas associadas e de que os benefícios econômicos correspondentes serão efetivamente recebidos.
Quando as subvenções governamentais estiverem relacionadas a itens de despesa, tais benefícios são reconhecidos no resultado de forma sistemática e racional ao longo dos períodos em que as despesas correspondentes são incorridas, de modo a confrontar adequadamente os custos que se propõem a compensar. O efeito das subvenções governamentais reconhecido no resultado do exercício é apresentado de forma líquida das despesas às quais se relacionam. Especificamente:
• os créditos presumidos de ICMS, PIS e COFINS, bem como as isenções e reduções de base de cálculo de ICMS, são apresentados como redução dos impostos incidentes sobre as vendas, compondo, portanto, a rubrica de receita operacional líquida; e
• os incentivos fiscais relacionados ao diferimento de ICMS, vinculados à aquisição de determinados insumos e mercadorias, são apresentados como redutores do custo dos produtos vendidos.

28. Partes relacionadas: Alienação de investimento: Em novembro de 2014, a Companhia alienou a totalidade de sua participação societária de 25% no capital social da 4 Ventos Agroindustrial S.A. à sua controladora, Sinuelo Participações Ltda., pelo montante total de R$ 40.000. A transação foi realizada em condições pactuadas entre as partes relacionadas. O preço de alienação foi acordado para liquidação em 10 (dez) anos, com atualização monetária anual pelo IPCA. Até a data de sua liquidação, os saldos a receber decorrentes dessa operação eram mensurados ao valor atualizado, com reconhecimento dos efeitos da atualização monetária no resultado do período, e classificados no balanço patrimonial de acordo com seus respectivos prazos de vencimento. O saldo remanescente dessa transação foi integralmente liquidado em dezembro de 2025 (R$ 9.909 em 31 de dezembro de 2024). O efeito da atualização monetária pelo IPCA reconhecido no resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 419 (R$ 454 em 31 de dezembro de 2024).
Operações da atividade principal: As operações realizadas pela Companhia com partes relacionadas, no âmbito de sua atividade principal, são conduzidas em condições pactuadas

continua ...